

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº /2013 (do Sr. Marcos Rogério)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos pornográficos ou violentos nos meios de comunicação.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos pornográficos ou violentos nos meios de comunicação, com a presença dos convidados listados a seguir:

- a) Representante do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar)
- b) Membro de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (Grim), da Universidade Federal do Ceará (UFC)
- c) Representante da Secretaria do Estado da Criança do Distrito Federal
- d) Supervisor do Centro de Referência de Violência Sexual da Vara da Infância e da Juventude (CEREVS/VIJ)

Justificação

Nos últimos 20 anos um fenômeno expandiu-se exponencialmente nos centros urbanos: a partir dos 2 anos de idade, uma criança assiste à televisão, em média, por 3 horas diárias, o que resulta em mais de 1.000 horas como espectadora durante um ano (sem contar as outras mídias eletrônicas, como rádio, cinema e computador). Ao chegar aos 7 anos, idade escolar obrigatória, ela já assistiu a programação televisiva por mais de 5.000 horas.

Quando pensamos no campo da formação ética e da cidadania, os problemas na educação brasileira não são, evidentemente, um ônus a recair prioritariamente sobre a escola; há um outro ente não-escolar com uma incrível e eficaz ascendência sobre as crianças e os jovens: a mídia.

A responsabilidade de quem produz atrações e publicidade é enorme. O impacto formativo sobre os valores, hábitos, normas, regras e saberes que os profissionais dessa área de mídia têm sobre os infantes e sobre a chamada primeira infância, época na qual uma parte do caráter permanente da pessoa se estrutura, é colossal.

De acordo com o filósofo Mário Sérgio Cortella, “os responsáveis pela educação escolar vêm-se obrigados a rever os objetivos e a metodologia de trabalho; afinal, crianças pequenas não chegam mais à escola sem nenhuma base de conhecimento e informação científica e social, dado que têm outras fontes de cultura no cotidiano.

Cortella ressalta que tal constatação não desobriga a mídia a pensar e a repensar o seu papel social: valores discricionários, erotização precoce, consumismo desvairado, violência, competição, não-cooperação e individualismo podem estar sendo ensinados sem que os envolvidos na mídia se dêem conta ou se responsabilizem disso.

Além da erotização precoce, há também a grave questão da violência gratuita, especialmente na TV. O representante da Unesco no Brasil, Jorge Wertheim, acredita que o elemento mais preocupante hoje na TV é a exacerbação da violência, que tem um impacto muito negativo sobre crianças e jovens.

Segundo ele, os mais afetados por esse bombardeio são aqueles que possuem estruturas familiares fracas. "Muitas crianças e adolescentes no Brasil são praticamente excluídos de alternativas culturais ou de lazer, o único veículo que têm é a TV. Em outros países, elas ficam menos tempo diante da televisão", afirma.

Para Werthein, o controle de conteúdo também é mais eficaz em países desenvolvidos, onde os produtores seguem um código de ética, o que não tem funcionado para a América Latina.

Iniciativas como o Movimento Ética na TV têm sido fundamentais para o enfrentamento do problema. A Comissão de Direitos Humanos, cumprindo fidedignamente seu papel institucional, vem questionando, há uma década, como anda a qualidade da programação da TV brasileira.

Todos os anos CDHM realiza campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania". A partir das denúncias dos próprios telespectadores, a campanha publica o ranking da baixaria na TV.

Tencionando dar continuidade ao debate, solicitamos apoio dos nobres pares para a realização de uma mesa redonda visando definir novas ações de abordagem de tão delicada questão.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.

MARCOS ROGÉRIO
Deputado Federal (PDT-RO)